

CACIQUE DO POVO AKRĀTIKATĒJĒ: narrativas sobre vida, trabalho e conflitos no território etnicamente configurado¹

Rosa Elizabeth Acevedo Marin – UFPA;PPGCSPA/UEMA
Jurandir Santos de Novaes – UFPA;PPGCSPA/UEMA

RESUMO

Pretendemos com este artigo refletir sobre registro e a publicização dos discursos biográficos e das narrativas sobre “trajetórias políticas”, que perduram na memória social de agentes sociais encetadas por “camponeses”, “trabalhadores rurais”, “posseiros”, “indígenas” e “extrativistas” “quebradeiras de coco babaçu”, e a contribuição para que os personagens saiam da condição de lenda e sejam compreendidos como protagonistas de processos históricos importantes na História política do Brasil, e em especial na memória coletiva de povos e comunidades tradicionais da Amazônia, no século XXI. Este texto enseja pelo registro da narrativa de Hõpryre Ronore Jopikti Payaré, conhecido e reconhecido como Cacique Payaré, e liderança dos Indígenas AkrātikatĒjĒ. E se inscreve em um trabalho de pesquisa mais amplo, em que trajetórias individuais vêm sendo acompanhadas e estudadas, desde 2004, no âmbito de pesquisas realizadas por pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social, da Amazônia. Revelam situações em que o Estado se configura como partícipe ou como protagonista de situações de conflitos em que os personagens e seus grupos encontram-se envolvidos.

Palavras-chave: Cacique Payaré; UHE-Tucuruí; Conflitos.

¹ “Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.”

INTRODUÇÃO

A memória coletiva das lutas sociais de povos e comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas, reconhecidos na Constituição Federal de 1998 e grupos que se autodenominam “camponeses”, “trabalhadores rurais”, “posseiros”, “extrativistas”, “quebradeiras de coco babaçu”, “ribeirinhos” e reivindicam as terras tradicionalmente ocupadas associa-se aos os sistemas de uso e usufruto dos recursos naturais e os conhecimentos tradicionais. Estes grupos sociais construíram modos de vida, trabalho e organização política na Amazônia, todavia muitas de suas formas de resistência aos processos de colonização e ameaças à sua existência “escaparam” do controle de fontes documentais e arquivísticas, sendo reservadas ao silêncio oficioso (ALMEIDA, 2010).

O registro de memórias e lutas no presente através de pesquisas nos colocarão em diálogo permanente com o pensamento crítico de autores que procuram trazer para a esfera política uma “nova” noção de política e uma “nova” maneira de fazer política, num contraponto à literatura que tradicionalmente classificou como “pré-política” (banditismo, movimento), portanto, reservada aos “excluídos da política”, e concernida a uma sociedade de ranços escravistas e autoritários. (SCOTT, 2000; 2000, PUDAL, 2009; BOURDIEU, 1996)

O propósito é situar trajetórias que são emblemáticas para uma reflexão sobre a memória coletiva de povos e comunidades tradicionais da Amazônia, no século XX, particularmente das comunidades quilombolas, camponeses e de mulheres quebradeiras de coco babaçu. As trajetórias individuais selecionadas vêm sendo acompanhadas e estudadas, desde 2004, no âmbito de pesquisas realizadas por pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social, da Amazônia. Revelam situações em que o Estado se configura como partícipe ou como protagonista das situações de conflitos em que os personagens e seus grupos encontram-se envolvidos.

As biografias, e especialmente as autobiografias revelam especificidades dos processos de formação política e econômica do Estado brasileiro, ainda desconhecidos, não contemplados na História oficial em escolas e universidades. As narrativas expressas em biografias na perspectiva das lutas nos termos do exposto pelo Cacique Payaré expressam formas específicas de fazer “política” e de “resistência”, nem sempre compreendidas enquanto tais (SCOTT, 2000).

Entende-se na esfera política uma “nova” noção de política e uma “nova” maneira de fazer política, deslocada da espécie de divinização do “partido” como o único e supremo lugar social do “intelectual coletivo”, conforme se depreende da concepção gramsciana (GRAMSCI, 2001) Trata-se de um intelectual que se distancia do intelectual tradicional e do intelectual coletivo descrito por este filósofo político.

Este trabalho se assenta sobre vários anos de pesquisa desenvolvida pelos membros da equipe proponente com os “atingidos pela hidrelétrica de Tucuruí” e em especial os Gaviões da Montanha liderados por Payaré, que recentemente assume a identidade de povo Akrãtikatêjê. Diversos materiais têm sido coligidos e produzidos na forma de artigos, Boletins, Fascículos, vídeos que apontam para a potencialidade, viabilidade e interesse desta pesquisa. Aqui deve ser mencionado o empenho dos irmãos, filhas e filhos, netas e netos do Cacique Payaré a propósito da realização desta pesquisa. A Cacique Tônkyre Akãtikatêjê ou Kátia Silene da Costa Valdenilson insere-se nesse trabalho com grande dedicação e contribuições, ao igual que seus filhos.

Considera-se necessário o aprofundamento de fontes bibliográficas e especialmente entrevistas e gravações que revelem a trajetória e pensamento de Payaré, falecido em abril de 2014, voltado para sua produção biográfica. Nessa proposta é reconhecida a armadilha da *ilusão biográfica* e busca-se a construção de uma trajetória orientada para a objetivação das relações entre os agentes e as forças presentes no campo (BOURDIEU, 1996).

PAYARÉ: CACIQUE DO POVO AKRÃTIKATÊJÊ

Desde 1975 conferem-se profundas transformações sociais na “região de Tucuruí”, no sudeste do Estado do Pará, com o início do desvio e barramento do rio Tocantins para construção da hidrelétrica de Tucuruí. Esta construção deslocou, remanejou, expropriou povos indígenas, “colonos”, extrativistas, pescadores, trabalhadores rurais, moradores de ilhas, vilas e cidades à jusante, estimados na fase inicial da obra, em cerca de 70 mil pessoas, na primeira etapa e, mais recentemente, quando se constrói a segunda etapa, mais de 11 mil pessoas.

O povo indígena conhecido como *Gaviões da Montanha* tinha sua aldeia precisamente no lugar decidido para construção da hidrelétrica. Dessa forma, a Aldeia e “Praia dos índios” Gaviões da Montanha devia desaparecer na perspectiva do uso pré-existente, como o lugar de viver e de trabalhar; e assim, ela foi substituída pela UHE-Tucuruí. O governo militar centrou suas intervenções de natureza geopolítica e desenvolvimentista na criação de um conjunto de obras de infraestrutura, a exemplo dessa hidrelétrica, voltada para atender os grandes projetos econômicos que se instalaram na década de setenta e oitenta na região amazônica.

Diversos autores referem-se à UHE Tucuruí como a obra máxima do período militar, e viria resolver a questão energética colocando-a a serviço dos projetos minero-metalúrgicos. Lúcio Flávio Pinto (2011) escreveu o livro *Tucuruí: a barragem da ditadura* e descreve detalhadamente o autoritarismo que marca a sua implantação até sua inauguração em 1985. Os interesses mobilizados na sua construção não podiam compartilhar da rebeldia dos indígenas e de atos de justiça que exigiam o reconhecimento de povos e comunidades tradicionais existentes na região.

Os indígenas Akrãtikatêjê foram deslocados pela Eletronorte para a Terra Indígena Mãe Maria, no atual município de Bom Jesus do Tocantins. Nesse processo de deslocamento, o jovem Hõpyre Ronre Jopikiti Payré, Cacique Payaré decide retornar com sua família para a antiga aldeia, a revelia da decisão da Eletronorte que se mobiliza para retirá-lo e age com uso da violência física. Nesse confronto Payaré sofreu um atentado que o feriu na mão direita provocando uma lesão contusa.

Durante meses, os filhos todos menores permaneceram sozinhos na aldeia. Tõnkyre Akãtikatêjê ou Kátia Silene da Costa Valdenilson narra que sua mãe foi à procura de Payaré e as crianças maiores, com auxílio de vizinhos, conseguiram suportar a ausência dos pais. Recuperado Payaré e sua família foram obrigados a retornar para a T. I. Mãe Maria, acolhidos por outros povos indígenas. Desde 1984, data desse evento, Payaré pensa e organiza ações contra a Eletronorte pela recuperação das terras. Em 1989, eles entraram com processo judicial que recebeu decisão da 1ª Região em Brasília, em março de 2011, que determina à Eletronorte aquisição de uma nova terra como compensação à expropriação a que esse povo indígena foi submetido.²

2 Sobre o processo ainda decorre a ordem judicial de junho de 2010 foi interposta pela Eletronorte com Embargo de Declaração, um “tipo de recurso cabível apenas para esclarecer dúvidas quanto a uma sentença”, explicava o Ministério Público Federal Este processo tramita com o número 89.00.01377-7 Eletronorte se recusa a cumprir sentença em favor de índios atingidos pela usina de Tucuruí. O processo

A despeito de vários estudos, alguns provenientes de pesquisas acadêmicas (Magalhães, 1996; Ferraz, 1998, Ribeiro Júnior, 2014) realizados sobre este processo ainda não se identifica uma investigação sólida sobre a trajetória política do povo Akrãtikatêjê, a sua construção de uma identidade conduzida pelo cacique Payaré. A partir da voz e ações dessa liderança é possível construir uma reflexão sobre as relações e posições que o Estado brasileiro estabelece com os povos indígenas, em especial, quando estes aparecem como antagonistas de projetos desenvolvimentistas, relegando a sua existência e lutas a uma invisibilidade ao mesmo tempo violenta e silenciosa. O que busca relegá-los da posição de protagonistas políticos na construção da história social da nação brasileira.

A realização desta pesquisa ocorre em uma nova fase de ameaças à integridade do Povo Akrãtikatêjê, com o projeto de construção da UHE de Marabá, que inundará parte da TI Mãe Maria, em Bom Jesus do Tocantins a 14 km de Marabá, e da aldeia, localizada no seu interior.

“SEGUIR O SOL ONDE ESTÁ NASCENDO PARA CHEGAR À TERRA DA MONTANHA”

Em junho de 2013, o Cacique Payaré narrou a inspiração cosmológica que permitiu chegar a uma nova terra. O pajé teria castigado o povo Gavião que devia abandonar a terra onde estavam. Mas, ao mesmo tempo o pajé ensinou como se orientar pelo lugar onde o sol nasce. O deslocamento foi narrado na forma de um drama coletivo com as doenças que contraíram e a terra seca, a floresta e os rios secos e a morte de peixes, os jogou em uma situação de fome e doenças:

Aí eu lembro quando o meu pai caminhava, e ele pediu pra mim que não ‘tava aguentando mais pra caminhar, porque, o pajé castigou nós, mas ele ensinou nós pra onde nós devia andar: *‘Aquele que não quiser mais viver onde o sol senta, pra seguir o sol. Onde o sol nasce e a pessoa que quer viver, segue pra onde o sol está nascendo pra viver’*. Todo mundo endoidou, castigou muito a pessoa, matou demais gente, não tomava remédio não dava jeito, não sei, tipo um moinho de café, ele jogando na pessoa, onde não gosta da pessoa. Se você está bonzinho e ele jogou aqui, quando você desceu, você caiu já. Enche o nariz, garganta, não está podendo falar, canseira e morria. O

rio grande que é Mojú secou tudo, secou-secou-secou, peixes morreram, peixe ficava um monte por cima do outro parece que tocaram fogo naquele mato. Secou tudo, queimou tudo na mata, aí veio ao redor de toda a aldeia, de noite todo mundo, o povo gemendo, eu ficava pensando como é que... Muito, a sorte é que eu não peguei esse mal né, outros irmãos todos pegaram, foram morrendo um por um. Então, eu nasci, mais ou menos, aqui no braço do rio Capim. De lá eu vim pra essa cidade, eu vim primeiro morar na aldeia bem ao lado da aldeia Jacundá, a aldeinha que eu comecei crescer, comecei a mamar, por aí, assim, mamava na mamãe, eu ainda não comia. Eu fiquei aqui, depois eu fui para aldeia de Parkatejê, aqui, e a volta andando pra cá, Marabá. Então, eu vim pra cá, passei de Jacundá. Aqui é Marabá, né? Daqui eu fiquei na aldeia do Capitão, que nós vimos. Eu morei um tempão lá com ele, era criança. A aldeia dele, bem próximo de Marabá, desse lado do rio Capim. A gente veio pra cá, então ele continua subindo pra cá. O capitão vive é muito! (Cacique Payaré, Hõpryre Ronre Jopikti Payaré, Junho de 2013). (PNCSA, 2014, 3).

Em um braço do rio Capim, lugar do deslocamento espacial do grupo, nasceu Payaré que depois foi morar na aldeia do Capitão, próximo de Marabá. Essa narrativa tem outra versão na fala da mãe do cacique Payaré, Rõnore káprere pahiti, Mãe Grande, (agosto, 2014) traduzida pela filha cacique Tõnkyre Akâtikatêjê ou Kátia Silene da Costa Valdenilson:

A primeira aldeia era essa era essa daqui pra cá do Moju, abaixo do Moju. Braço do Moju era a aldeia do Capim - Aldeia Atykti; no braço do rio Moju a Aldeia era P'armrêxá, depois essa que era Tucuruí, que era Pàrxokôkâm, perto de um rio que parece que era o rio Mururé, perto do rio Jacundá, era a aldeia Krîjôrêre; a outra foi Ramreprô, no fundo do Moju, não, é braço! Aí rio Capim, já descendo a cabeceira do Moju pra Goianésia estava essa aldeia Kaxàtati. Hoje em dia aldeia dos Ananawé; até pra cá do rio era a mesma do Limoeira, a aldeia Muré. A outra aldeia era Kupêkate, a Rôrore e Krôhoko, tudo no Moju, próximo de Goianésia, no braço do rio Jacundá. (Kátia Silene Valdenilson, Tõnkyre Akrâtikatêjê, Tradução da fala de Rõnore Káprere Pahiti, Mãe Grande, Agosto de 2014)

Em outro momento o cacique Payaré fez o croqui dos deslocamentos (Figura Nº 1), onde lugares e memórias de lugares são refeitas em uma narrativa oral e ao mesmo tempo gráfica:

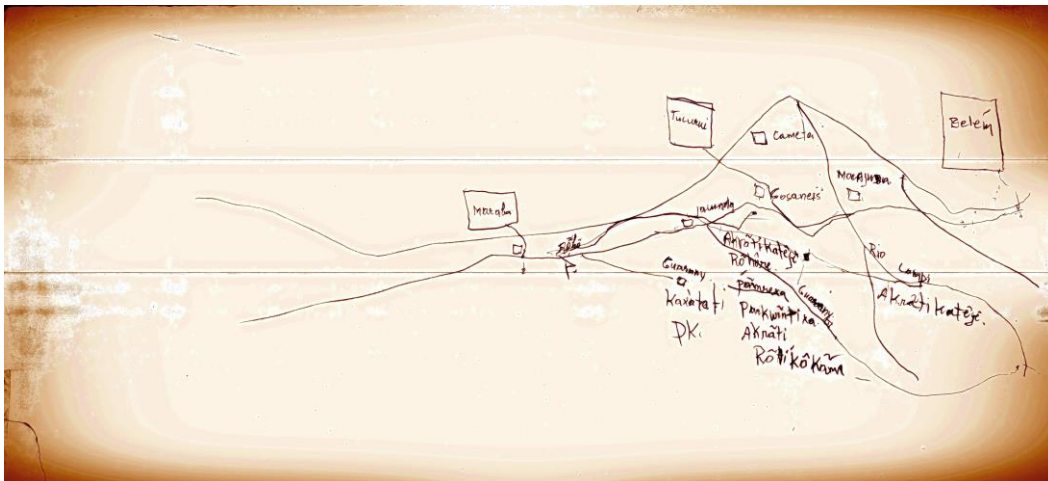
A gente vinha descendo, já na metade do braço do rio Capim. Exatamente, depois de Krijôhere³, eu fui à aldeia do Capitão que chama Rôhore⁴; terceiro, passei tempo também na Aldeia do Pãramrexa, na Parkwyntixa e Akrâti, e a Kaxàtati, que é Parkatêjê, eu estive lá. Quarto, eu fiquei num rio que é Rotikôkâm, também morei lá. No rio Capim, a gente vem descendo, a gente vem mudando de lugar pra lugar. Aí depois a gente foi pra esse Cametá, são cinco, tá. Sexto, eu estive na aldeia Rôtikôkâm. Aí depois a gente foi pra Jacundá e Moju, já descendo, aqui já, que vai pro Tucuruí, de

³ Aldeia redonda

⁴ Aldeia, onde há ocorrência de cocais, de coco babaçu

Igarapé Miri. Oito é a aldeia Akrãti, onde a gente tomou a decisão de morar permanente, em Tucuruí. Então, dali aonde que tem muito moradia assim pra contar muita moradia, eu afinquei aldeia. Aldeia, todo tem o nome da aldeia, está no caderno dela. Dezenove! Ele não conseguia registrar tudo, tem dezenove, porque o tempo era na cartilha. Mostra onde eu fiquei, o que que eu fiz naquela aldeia, como foi tudo; está lá (Cacique Payaré, Aldeia Akrãtikatêjê, junho de 2013)

Figura Nº 1 - Croqui da trajetória de Payaré e família elaborado pelo Cacique Payaré na Aldeia Akrãtikatêjê, em junho de 2013 durante oficina de Cartografia.



Fonte: Oficina de Cartografia Social, Aldeia Akrãtikatêjê, 2013.

No tempo dessas trajetórias espaço temporais memoriza diferentes territorialidades específicas, noção que Almeida (2008) reveste de uma conotação fundamental para compreender a relevância do território etnicamente configurado e da noção coetânea de “territorialidade específica” que usa:

Para nomear as delimitações físicas de determinadas unidades sociais que compõem os meandros de territórios etnicamente configurados. As “territorialidades específicas” de que tratarei adiante podem ser consideradas, portanto, como resultantes de diferentes processos sociais de territorialização e como delimitando dinamicamente terras de pertencimento coletivo que convergem para um território. (ALMEIDA, 2008, 29).

A aldeia formada à margem do rio Tocantins foi transitória e o deslocamento para Marabá foi decidida pela Eletronorte com a finalidade de construir a UHE de Tucuruí. O cacique Payaré examinou a violência do deslocamento:

Não é que eu vim para cá por que quis, foi a Eletronorte que expulsou nós, disseram que se não desocupar, o trator mata vocês. (Cacique Payaré, Hõpyre Ronre Jopikti Payaré, Junho de 2013. PNCSA, 2014, 4).

A violência física e também simbólica praticada pela empresa assume um imperativo nesse deslocamento compulsório, que obrigou a deixas sua roça, sua casa, sua terra e à submissão a uma nova situação, com autonomia reduzida e ameaça à sua identidade de povo Akrãtikatêjê.

ELETRONORTE NÃO ATENDEU A REIVINDICAÇÃO TERRITORIAL DO POVO AKRÃTIKATÊJÊ

A capacidade de organização política do povo Akrãtikatêjê para lutar pelo território é revelada pelas ações movidas contra a empresa Eletronorte e a companhia Vale. No primeiro caso, a reivindicação centra-se na ampliação do território para o cultivo, coleta, caça e pesca, portanto, em resposta a uma consciência da necessidade do grupo, manifesta em inúmeras oportunidades. Com a empresa Vale é o registro das perdas que correspondem ao corte do território para implantar a estrada de Ferro Carajás.

A ação movida na Justiça contra a Eletronorte remonta a 1980 quando foi ajuizada uma ação para reposição das terras tradicionais que foram retiradas do povo Gavião, localizada na chamada “Praia dos Índios” e onde esse povo instalou sua aldeia, à margem direita do rio Tocantins. A aldeia foi destruída para a construção da UHE – Tucuruí.

Figura Nº. 2 - Nota na Imprensa Local a Indenização reclamada na Justiça Federal pelos indígenas Gaviões.

• **INDENIZAÇÃO** - Os índios Gavião da Montanha, do Pará, ingressaram na Justiça Federal com uma ação ordinária de anulação de atos judiciais para discutir a indenização paga pela Eletronorte pelas terras que os índios ocupavam numa área inundada pelo lago formado pela barragem de Tucuruí. Segundo o procurador regional da República, José Augusto Potiguar, que vai acompanhar o processo, é a primeira vez que uma comunidade indígena ingressa diretamente em juízo, sem a interferência de terceiros.

Em 1984, os índios Gavião da Montanha tiveram suas terras inundadas pelo lago de Tucuruí e foram transferidos para a reserva indígena de Mãe Maria, a 30 quilômetros da cidade de Marabá. Mas nos últimos cinco anos a população indígena na reserva cresceu muito e os índios resolveram contestar na Justiça o valor pago pela Eletronorte na indenização. Agora eles pretendem receber nova indenização em dinheiro ou outra área de terra do mesmo tamanho da que foi inundada, de 6 x 12 quilômetros. José Augusto Potiguar informou que, de acordo com a Constituição, os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo. A comissão do Gavião da Montanha que esteve em Belém para ingressar com a ação na Justiça era comandada pelo cacique Payaré.

Fonte: Jornal A Tribuna da Imprensa, 13 de setembro de 1989.

O Cacique Payaré esteve presente em diversos eventos para realizar denúncias sobre os atos arbitrários e o autoritarismo praticado pela Eletronorte. Em 1992, na ocasião que se realizou a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI - da Barragem de Tucuruí proposta pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará, participou ativamente.

Figura Nº 3 - Cacique Payaré denuncia atos da Eletronorte em reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa do Estado do Pará – 1992.



Fonte: Fotografia cedida pela senhora Aída Silva, proponente da CPI.

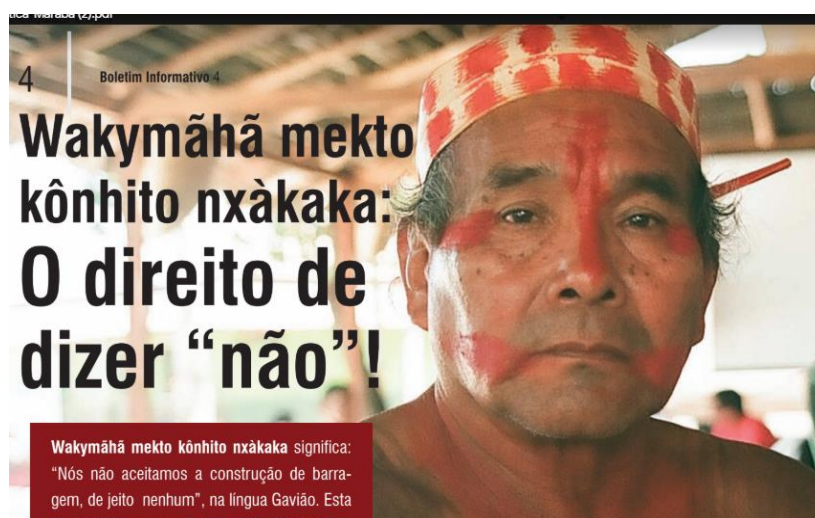
Essa ação que iniciou há 29 anos, o que demonstra a demora no cumprimento da Justiça e os esforços extenuantes de realizar reiteradamente a cobrança de solução. A reposição é uma causa política para o Cacique Payaré que lutou persistentemente para não sair da terra na aldeia da praia, depois para fundar uma nova aldeia na Terra Indígena Mãe Maria, onde foram acolhidos pelos Parkatêjê, dos quais se separaram para usufruir de autonomia em uma ação que revela a consciência da fronteira.

A decisão foi procrastinada nas últimas audiências pelo valor atribuído pelos supostos proprietários das fazendas Mabel e Mirabel, que entrava em discordância com a do perito. Esse desacordo prolongou a decisão até este ano 2018, quando se anuncia o recebimento da nova terra. É relevante mencionar que a aldeia está próxima do núcleo urbano de Marabá e na sua direção se prolonga a infraestrutura do Programa Minha Casa, Minha Vida. As discordâncias e demoras burocráticas não os levaram a desistir do pleito por direitos territoriais.

Esse intelectual político do povo Akrãtikatêjê viveu e atuou intensamente como foi destacada nas várias homenagens recebidas em vida e após o seu falecimento. No ano de 2010 Payaré esteve presente como expositor na Sessão de “Rodas de Diálogo entre pesquisadores e Lideranças Indígenas”, como convidado juntamente com Annelito Hernandez Pacheco – Venezuela; Raoni Metuktire – Capoto/Jarina (PI Xingu; Megaron Txukarramãe – PI Xingu; Josinei Gonçalves Arara – Volta Grande do Xingu; Ozimar Juruna – Volta Grande do Xingu; Robert Guimarães – Shipibo Konibo (Pano) – Peru; Sonia Guajajara – Representante da COIAB; Representante Indígena de Bolívia; Jonas Polino Sansão – Associação Wyty-Catê – Comunidades Timbira do Maranhão (NAEA, 2011).

A sua participação em eventos organizados pela Universidade Federal do Pará era recorrente e nos quais expunha sobre educação, regularização fundiária, conflitos com as empresas Vale e Eletronorte. Em agosto de 2009 esteve presente na I Conferência Nacional de Educação. Assumindo firmemente suas posições reivindicativas abriu diálogo junto a diferentes instituições, como Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA, Fundação Nacional do Índio – FUNAI e ELETRONORTE. Nesta luta persistente alcançou apoio do Ministério Público Federal para concretizar a reposição de suas terras, o que significou construir uma rede de relações diante ainda de ameaças e atentados à sua própria vida e nas quais buscou apoio junto à Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos – SPDDH.

Figura N ° 4 - Payaré Akrãtikatêjê durante a I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, na aldeia Kyikatêjê (TI Mãe Maria), em agosto de 2009.



Fonte: PNCSA, 2010. Foto Joseline Barreto, 2009.

ALDEIA AKRĀTIKATĒJĒ E A NOVA LIDERANÇA POR VONTADE DE PAYARÉ

Nas duas últimas décadas as lutas do povo Akrĕtikatĕjĕ tiveram objetivos e ações fundamentais a sua política de identidade, política territorial e política de formação da nova geração:

E aí meu pai sempre me preparou, desde Tucuruí, meu pai dizia assim pra mim: ‘Olha, tu vai ter que aprender a atirar, aprender a jogar flecha porque se um dia Cupem me matar aqui, tu vai embora’. Aí me deu o número do telefone. ‘Esse aqui é o número do Ferreira’. Nesse tempo era o Ferreira que era o administrador da FUNAI. Então, se o Cupem um dia me matar, tu vai embora, liga pro Roberto, avisa os teus tios e aí você vai embora, leva seus irmãos, leva tu mãe e vai embora porque o Cupem vai me matar a qualquer hora. Ele falava: ‘Porque tu tá vendo a minha luta com a Eletronorte!’. Ele falava: ‘Vocês estão vendo que a Eletronorte destruiu a nossa casa’. Já tinham destruído já. Que a Eletronorte ameaçava, se nós não saísse, onde era a torre, eles ameaçavam, diziam que iam jogar veneno na caixa d’água, que o trator ia passar e matar nós de noite e aquela coisa toda. E nós tinha medo. Minha avó ficou desesperada, aí meu pai foi, pegaram o caminhão e botaram o bagulho todo em cima: cachorro, panela, roupa e veio embora. Aí papai disse: ‘Não, você pode ir, eu vou ficar aqui, eu não vou desistir, eu vou ficar com minha família aqui (...)’. A Eletronorte ofereceu pro meu pai, naquele tempo, cinquenta milhões, cinco casas no Breu e duas aqui mobiliadas, dava pra ele um caminhão, uma caminhonete e mais cestas. O meu pai não aceitou porque ele pensou no povo: ‘Eu não quero pra mim, eu quero pra todo mundo’. Esse era o meu pai. (Kátia da Costa Valdenilson, Tõnkyre Akrĕtikatĕjĕ, Junho de 2013).

A política de identidade está cada vez mais fortemente ancorada no estudo da nova geração, na aprendizagem da língua e estratégias específicas junto à Eletronorte e a empresa Vale relativas à integridade do território:

Quando a gente conversa, sempre no meio de advogado, de procurador, parece que eles falam outro tipo de língua por que nós não sabemos! Então, nós temos que estudar pra aprender. Pra nós aprender e entender que tipo de língua é esse né? Talvez tão até xingando a gente, e a gente não sabe. Então, é bom nós saber um pouco de outra língua. Eu falo pros meus filhos. Hoje em dia eu dou aula né? Sou professora bilíngue da minha aldeia. Dou aula na minha língua, mas estou estudando aqui, não sei nem como é que vai ficar minha situação né? Se eu vou voltar ou não, estou aí no Colegiado esperando a decisão, mas a minha vontade é estudar, me formar e defender o meu povo do impacto social que é grande, a coisa que nós sofre é pelos impactos,

impacto social, onde tem rede de Eletronorte, de Vale, passando tudo dentro da reserva. Cada uma vez que passa tira um pedacinho, um pedacinho, e esse pedacinho vai indo. Então, nós queremos aprender pra nós defender esse pedacinho que nos resta porque esse é muito importante, é a nossa segurança, é o que nos alimenta, é o que criou nós, é que criou nossos filhos e nossos pais”. Kátia Silene Valdenilson, Tônkyre Akrâtikatêjê, Setembro de 2012. PNCSA, 2014, 7).

O Cacique Payaré é mencionado como orientador e inspirador para o povo Akrâtikatêjê quem ainda definiu a sucessão política da chefia na pessoa da filha Tônkyre Akrâtikatêjê, Kátia Silene Valdenilson. Conforme evidenciado nas suas palavras, essa intervenção do Cacique Payaré revela sua vontade e confiança na liderança da filha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O registro da memória coletiva de lutas sociais engendram a compreensão de estratégias estatais e as lutas de povos e comunidades tradicionais que se defrontam há algumas décadas, especialmente na região em que viveu e vive a família de Payaré, a região sudeste do Estado do Pará, com deslocamentos e perdas territoriais para implantação dos denominados *grandes projetos* e para os quais a Usina Hidrelétrica de Tucuruí concorre para sua viabilidade,

A trajetória de Payaré também nos revela que a extensão dos efeitos da UHE-Tucuruí se mantêm renovados e inconclusos sob todos os aspectos, sejam os danos e perdas decorrentes dos deslocamentos, seja pelo sofrimento incomensurável que os *atingidos pela hidrelétrica de Tucuruí* encontram-se submetidos frente aos danos irreparáveis como a família de Payaré e sua luta pela reposição de suas terras, A decisão de criar uma aldeia em 2008 no interior da TI Mãe Maria tem sido afirmada como a busca de autonomia, e acima de tudo de afirmação da identidade Akrâtikatêjê, do povo da Montanha que perdeu seu lugar de viver.

As sucessivas audiências provocadas pela iniciativa de acionar judicialmente a Eletronorte se convertem na ação limite de enfrentamento do Estado, em que este se configura como partícipe ou como protagonista das situações de conflitos em que os personagens e seus grupos encontram-se envolvidos.

Reitera-se a que o aprofundamento de fontes bibliográficas e especialmente, entrevistas e gravações que revelem a trajetória e pensamento de Payaré se fazem necessários. Busca-se, contudo, com este trabalho afastar-se da *ilusão biográfica*, e apontar para uma perspectiva de construção de uma trajetória que se fez em permanente luta.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. 2.^a ed. Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

FERRAZ, Iara. **De 'Gaviões' a 'Comunidade Parkatêjê':** uma reflexão sobre processos de reorganização social. Rio de Janeiro, RJ, (Tese de Doutorado), 1998.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Volume 2; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2^a ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Cadernos do cárcere.** Volume 3; edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3^aed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MAGALHÃES, SONIA, B. **O desencantamento da beira** – reflexões sobre a transferência compulsória provocada pela UHT. In: Energia na Amazônia. (org) Magalhães, S. B; Brito R; Castro, E; Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi/UFPA/UNAMAZ, 1996.

NAEA. **Novos Cadernos NAEA** v. 14, n. 1, p. 207-217, jun. 2011, ISSN 1516-6481 DOCUMENTO III Encontro Latinoamericano Ciências Sociais e Barragens: ciência, tecnologia e sociedade. Acessível em <file:///C:/Users/HOME/Downloads/626-2966-1-PB.pdf>. Acesso em 29 de setembro de 2018.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. 1987 - **Antropologia política.** In: SILVA, Benedito, coord. Dicionário de Ciências Sociais. 2^a ed. Rio de Janeiro, FGV, pp.64-67.

PINTO, Lúcio Flávio. **Tucuruí: a barragem da ditadura.** Belém, Ed. Jornal Pessoal, 2011.

PNCSA. **Aldeia indígena Akrâtikatêjê** – Pará. Nº 25. Manaus: UEA, 2014.

PNCSA. Caderno Nº 10. **Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí.** Manaus: UEA, 2014.

PNCSA. Boletim Informativo Nº 4. **O direito de dizer “não” à Hidrelétrica de Marabá.** Manaus: UFAM, 2010.

PUDAL, Bernard. **Un monde défait.** Les communistes français de 1956 à nos jours. Paris. Editions du Croquant, 2009.

RIBEIRO JUNIOR, Ribamar. **Akrâtikatêjê: Dominação e Resistência na luta por seu território.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, UNIFESSPA, 2014.

SCOTT, James. C. **Los dominados y el arte de la resistencia: discursos ocultos.** México: Edições Era, 2000.